



# Município de Constância

## Câmara Municipal

### Ata n.º 13/2014

Data da Reunião Ordinária – 5 de junho de 2014

Início da Reunião 15.00 horas

Termo da Reunião 18.00 horas

▪ **Membros da Câmara Municipal que compareceram à Reunião:**

Presidente: Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim

Vereadores: António Luís Fernandes Mendes

Daniel Freire da Encarnação Martins

Natércio Francisco Canelhas Candeias

Arsénio de Oliveira Cristóvão

▪ **Responsável pela elaboração da Ata:**

Nome: Maria José Pereira

Cargo: Assistente Técnico



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 13/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-06-2014

No uso da competência que me é conferida e dando cumprimento ao estipulado no artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, A ORDEM DO DIA da reunião ordinária da Câmara Municipal, a realizar no dia 5 de junho de 2014, com início pelas 15.00 horas, é a seguinte: -----

## 1. EXPEDIENTE -----

1.1 - Relatório de Avaliação da Implementação da CAF no Concelho de Constância -----

1.2 - 7.ª Alteração ao Orçamento/2014 -----

1.3 - Núcleo de Tramitação de Processos e Apoio Administrativo - Relação de Despachos -  
Mês de Maio/2014 -----

## 2. BALANCETE E PAGAMENTOS -----

2.1 – Balancete -----

2.2 – Pagamentos -----

## 3. PATRIMÓNIO -----

3.1 - Venda de Sucata propriedade do Município de Constância - Abertura de Concurso  
Público -----

## 4. CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES -----

4.1 - TAGUS - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior -  
Mercados Ribeirinhos de Constância (2.2.25) -----

4.2 - Agrupamento de Escolas do Concelho de Constância - Isenção de taxas no Parque de  
Campismo - Ratificação (7.2.1.4) -----

## 5. SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES -----

5.1 - Apoios referentes ao Programa de Financiamento ao Associativismo 2014 -----

5.2 - Viagem de Estudo “Portugal/Espanha” pelos alunos da Escola Básica e Secundária Luís  
de Camões de Constância -----

## 6. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE -----

6.1 - Deliberação de Abertura do Período de Discussão Pública da Proposta de 1.ª Revisão  
do Plano Diretor Municipal (PDM) de Constância -----

6.2 - Petição a Favor da não desqualificação / extinção dos Tribunais do Médio Tejo -  
Proposta de deliberação -----

## 7. PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

## 8. APROVAÇÃO EM MINUTA -----

## 9. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

Constância, 5 de junho de 2014

A PRESIDENTE DA CÂMARA,



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 13/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-06-2014

Aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze nesta Vila de Constância, no edifício dos Paços do Município e Sala de Sessões, reuniu a Câmara Municipal de Constância, sob a presidência da Excelentíssima Senhora Presidente, Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, achando-se igualmente presentes, os Vereadores Senhores: António Luís Fernandes Mendes, Daniel Freire da Encarnação Martins, Natércio Francisco Canelhas Candeias e Arsénio de Oliveira Cristóvão. -----

Estiveram também presentes na reunião: Maria José Pereira, Assistente Técnico; Jorge Heitor, Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos. -----

Verificando-se quórum, a Senhora Presidente declarou aberta a reunião, eram quinze horas. -

### ANTES DA ORDEM DO DIA

*Questões colocadas pelo Senhor Vereador António Luís Fernandes Mendes do Partido Socialista:* “1 – Fui confrontado com uma queixa de um munícipe, acerca da falta de limpeza de um espaço “lote de terreno” junto à habitação do Senhor Sylvio Romero de Souza, na rua da Capareira, em Constância. Terreno que julgava pertencer à Família Pimenta.-----

-----O queixoso refere que a falta de limpeza do terreno origina a existência de ratazanas e cobras que se passam para outras habitações. -----

Sugiro que seja contactado o proprietário para proceder à limpeza do local.-----

2 – Na Estrada Nacional 3, no sentido de Constância-Abrantes existe um candeeiro de iluminação pública partido, á algum tempo, situado a alguns metros à frente da lomba da Estrada “lomba da pinheira”. Admiro-me ainda não o terem furtado, uma vez que se encontra caído.-----

3 – No memorando que a Senhora Presidente entregou ao Senhor Ministro Poiares Maduro, concordo com todos os pontos referidos, mas em meu entender falta referir a saúde.-----

4 – Tive esta semana conhecimento de um leilão feito na Leiloeira Cabral Moncada de um quadro de Fernão Gomes, em óleo sobre madeira, de grandes dimensões 2,30 x 2,50.-----

Quadro que pertencia à Capela da Quinta de Santa Bárbara em Constância, de uma coleção particular da antiga Punhete, reproduzindo a aparição de Cristo à Virgem.-----

Sendo conhecida a ligação de Camões a Fernão Gomes, como foi possível não assegurar esta valiosa obra que foi leiloada e vendida por 40.000,00€-----

A Associação Casa Memória de Camões e a Câmara Municipal de Constância tiveram conhecimento deste ato?-----

A Senhora Presidente informou desconhecer o assunto. Referiu que a Casa Memória não tinha verbas para adquirir o quadro.-----

*Beneix*  
*[Signature]*





# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 13/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-06-2014

*Questões colocadas pelo Senhor Vereador Natércio Francisco Canelhas Candeias:* 1 – Pretende saber qual o ponto de situação referente à sinalização de limitação de velocidade entre a Saída de Montalvo para a Estrada Nacional 3. -----

2 – Inauguração do relvado sintético da Casa do Povo de Montalvo – Pretende saber quem vai gerir o espaço. Não gostou do discurso do Vereador Arsénio Cristóvão. -----

*O Senhor Vereador Arsénio de Oliveira Cristóvão da CDU* informou que vai falar com o proprietário do quintal.-----

Em relação ao Candeeiro na lomba junto à rua da Capareira, estão à espera do orçamento.

Em relação à sinalização de limitação de velocidade ainda não sabem mais nada. -----

Em relação à gestão do espaço do campo de futebol, está a ser elaborado um protocolo a estabelecer com a Casa do Povo de Montalvo. -----

*A Senhora Presidente da Câmara* referiu que o Senhor Vereador Arsénio Cristóvão usou da palavra na qualidade de vereador com o pelouro do desporto. Considerando os antecedentes e o uso político que alguns fizeram na campanha eleitoral nas últimas eleições autárquicas acerca do campo de futebol, foi legítimo o seu discurso pois exprimiu o que sentia. Deseja que com a inauguração do relvado sintético se vire a página e que nos concentremos na formação desportiva das crianças e dos jovens do nosso concelho e dos concelhos limítrofes. Em seguida, passou-se à discussão e análise dos assuntos incluídos na Ordem de Trabalhos, cuja cópia fica a fazer parte integrante da presente ata, tendo sido tomadas as seguintes deliberações: -----

## ORDEM DO DIA

### 1. EXPEDIENTE

**1.1 - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA CAF NO CONCELHO DE CONSTÂNCIA:** Foi presente Relatório de Avaliação da Implementação da CAF no Concelho de Constância, referente à avaliação do grau de satisfação dos Encarregados de Educação na Componente de apoio à família no ano letivo 2013/2014, bem como uma comparação com os resultados dos anos letivos transatos. -----

**1.2 - 7.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO:** Foi presente 7.ª Alteração ao Orçamento / 2014. -----

**1.3 - NÚCLEO DE TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS E APOIO ADMINISTRATIVO - RELAÇÃO DE DESPACHOS - MÊS DE MAIO/2014:** Foi presente relação de todos os despachos exarados pela Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, sobre todos os processos de operações urbanísticas particulares, e ainda das licenças, autorizações e comunicações prévias emitidas no decorrer do passado mês de maio. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 13/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-06-2014

### -----2. BALANCETE E PAGAMENTOS-----

**2.1 – BALANCETE:** A Câmara tomou conhecimento dos saldos existentes de harmonia com o Resumo Diário de Tesouraria referente ao dia 04 de junho de 2014, o qual apresenta os seguintes saldos em euros: -----

**Em Cofre: € 2.988,44** (dois mil novecentos e oitenta e oito euros e quarenta e quatro cêntimos); **Instituições de Crédito: € 530.066,72** (quinhentos e trinta mil sessenta e seis euros e setenta e dois cêntimos); **Aplicações de Tesouraria: € 4.533,50** (quatro mil quinhentos e trinta e três euros e cinquenta cêntimos); **Soma: € 538.418,66** (quinhentos e trinta e oito mil quatrocentos e dezoito euros e sessenta e seis cêntimos); **Em Documentos: € 13.389,35** (treze mil trezentos e oitenta e nove euros e trinta e cinco cêntimos); **TOTAL: € 551.808,01** (quinhentos e cinquenta e um mil oitocentos e oito euros e um cêntimo); **Discriminação do Saldo em Dinheiro: - Receitas Próprias: € 404.157,27** (quatrocentos e quatro mil cento e cinquenta e sete euros e vinte sete cêntimos); - **Operações de Tesouraria: € 134.261,39** (cento e trinta e quatro mil duzentos e sessenta e um euro e trinta e nove cêntimos). -----

### 2.2 – PAGAMENTOS -----

Dando cumprimento ao preceituado no n.º 3, do art.º 65 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações posteriormente introduzidas, foi presente a relação de todos os pagamentos efetuados e autorizados no período 19/05/2014 a 30/05/2014, na importância global de € 30.041,55 (trinta mil quarenta e um euro cinquenta e cinco euros). -----

### -----3. PATRIMÓNIO-----

#### **3.1 - VENDA DE SUCATA PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA - ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO -----**

INFORMAÇÃO: “ Verificando-se a existência de diverso material e equipamento em estado de sucata, no Armazém Municipal, em Vale de Mestre, cujo valor total, atribuído pela Comissão de Avaliação do Património Municipal reunida em 29 de maio corrente, conforme relatório anexo, ascende a € 5.775,00, submete-se à aprovação do Executivo Municipal a presente proposta de Edital para abertura do competente concurso público para venda do mesmo.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de abertura do concurso público, salvaguardando que os compradores sejam empresários do ramo. -----

### -----4. CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES-----

*Abereira*  
- 5 -





## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 13/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-06-2014

### **4.1 - TAGUS - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO RIBATEJO INTERIOR:**

E-mail datado de 28 de maio de 2014, solicitando autorização para a realização do Mercado Ribeirinho, a realizar nos dias 11, 12 e 13 de julho de 2014.

INFORMAÇÃO DO VEREADOR ARSÉNIO CRISTÓVÃO: “A TAGUS – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior pretende organizar, em parceria com os Municípios de Abrantes, Constância, Sardoal e Vila Nova da Barquinha, a 2.ª edição dos Mercados Ribeirinhos do Tejo nos dias 11, 12 e 13 de julho de 2014. -----

Considerando a valorização e promoção das potencialidades económicas, turísticas e culturais do Concelho, propõe-se que a deliberação seja no sentido de autorizar os pedidos nos termos solicitados.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar os pedidos nos termos solicitados. -----

### **4.2 - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO CONCELHO DE CONSTÂNCIA:**

E-mail datado de 28 de maio de 2014, solicitando a cedência do espaço do Parque de Campismo de Constância, para os dias 2 e 3 de junho, a fim de realizarem um acampamento com os alunos do 6.º ano. -----

INFORMAÇÃO DO VEREADOR DANIEL MARTINS: “A Escola Básica e Secundária Luís de Camões de Constância irá realizar nos dias 2 e 3 de junho, à semelhança de anos anteriores, o acampamento dos alunos do 6.º ano e respetivos professores, no Parque de Campismo de Constância, solicitando assim a cedência do espaço referido de forma gratuita. Dado que o solicitado, não foi remetido em tempo útil para deliberação na Reunião de Câmara de 22/05/14, informa-se que foi autorizado a cedência do espaço isentando os nossos alunos do pagamento da mesma.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar a cedência do Parque de Campismo de Constância, com a isenção do pagamento de taxas. -----

## **-----5. SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES-----**

### **5.1 - APOIOS REFERENTES AO PROGRAMA DE FINANCIAMENTO AO ASSOCIATIVISMO 2014**

INFORMAÇÃO DO VEREADOR DANIEL MARTINS: “Após leitura e análise da informação nº22/2014 – Animação Cultural, Desportiva e Juventude que me foi remetida pelo assistente técnico CARLOS AMORIM, colaborador que liderou o processo da recolha de documentação/informação e comissão de análise técnica, cumpro-me emitir o seguinte parecer no que concerne aos possíveis apoios referentes ao *PROGRAMA DE FINANCIAMENTO AO ASSOCIATIVISMO 2014(PFA)*: -----

*Daniel*  
- 6 -



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 13/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-06-2014

1 – **TABELA A** considero um elemento crucial para uma análise mais rigorosa e concreta quanto ao que é elegível em termos de apoio por parte da Câmara Municipal de Constância. Julgo ser uma base de trabalho essencial para ser trabalhada, eventualmente melhorada, para ser incluída o regulamento do Programa mencionado em epígrafe; -----

2 – **A TABELA B** enviada junto á proposta e referida informação, que considero válida, resulta de alguns ajustes em termos de valor limite a comparticipar em paralelo com os anos anteriores, e, tal como no ponto anterior, parece-me uma base para ser analisada e eventualmente melhorada numa revisão necessária do regulamento do PFA; -----

3 – O relatório desenvolvido pela comissão de análise técnica, multidisciplinar, é claro no que concerne ao apoio a atividades específicas de cada uma das instituições, e está coerente com o regulamento em vigor e as tabelas que referi em cima. Concordo com os valores apresentados pela Comissão para todas as instituições que se candidataram ao PFA em 2014;

4 – No que respeita ao “apetrechamento” referido pela comissão de análise neste relatório, cuja a solicitação e apoio foi efetuada por várias instituições, considero pertinentes que haja uma análise técnica, no local, quanto á necessidade efetiva do apoio no que respeita a obras ou aquisição e material específico para o desenvolvimento das atividades/missão/objetivos de cada instituição. Só posteriormente me parece pertinente ser alvo de deliberação por parte da Câmara Municipal o possível apoio e a majoração que consideremos adequada a cada caso; -----

5 – O capítulo V do relatório denominado RECOMENDAÇÕES, concordo na generalidade com o que foi referido pela comissão, sugiro que seja remetido para aa equipa que irá trabalhar na análise do Regulamento, e caso entendamos necessário e construtivo, proceder às alterações ao PFA para o futuro; -----

Ultima nota para referir que existem alguns processos pendentes por falta de documentação e justificativos de despesas de algumas Associações/coletividades do concelho no que respeita ao PFA de 2013, considero que os pagamentos das primeiras tranches referentes a 2014, fiquem dependentes da conclusão dos processos em atraso.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os apoios de acordo com a proposta apresentada pela Comissão de análise e dependendo da disponibilidade financeira da autarquia. -----

Por impedimento o Vereador Arsénio Cristóvão, não participou na discussão e votação do apoio a prestar à Associação JICA – Associação Inovadora com Atitude. -----

## **5.2 - VIAGEM DE ESTUDO “PORTUGAL/ESPANHA” PELOS ALUNOS DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA LUÍS DE CAMÕES DE CONSTÂNCIA** -----

*Maneira*  
*[assinatura]*





## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 13/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-06-2014

INFORMAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE: “À semelhança dos anos anteriores, a Câmara Municipal de Constância vai promover uma viagem de estudo, de 21 a 27 de julho, dirigida aos alunos do 9.º ano com aproveitamento escolar e sem processos disciplinares da Escola Básica e Secundária Luís de Camões. -----

A iniciativa, que vai no seu quarto ano consecutivo, tem como objetivo incentivar os jovens estudantes a dedicarem-se às suas obrigações escolares durante o ano letivo e, no final, a reconhecer o trabalho e o empenho daqueles que obtiveram o sucesso que lhes permitiu completar o 9.º ano de escolaridade. -----

Os pontos principais da visita deste ano serão Madrid, Picos da Europa, Corunha, Santiago de Compostela e a Cidade do Porto, eleita como melhor destino turístico europeu para 2014, tendo como destaques a visita ao Centro Histórico de Madrid, Museu de Arte Contemporânea, Estádio Santiago Bernabéu, Parque Temático Warner Bros., Santuário de Covadonga, Lagos do Glaciar nos Picos da Europa, Corunha, Santiago de Compostela, Centro Histórico e Cidade do Porto. -----

Organizada em conjunto com os Municípios de Sardoal e Mação, a viagem tem uma forte componente pedagógica e formativa, possibilitando aos estudantes o contacto próximo com outros povos e outras culturas e reforçando os valores de cidadania dos nossos jovens, sem esquecer nunca que a “viagem forma a juventude” e que este é seguramente um dos projetos mais importantes de apoio aos nossos jovens, desenvolvidos pela Câmara Municipal. -----

Face ao supramencionado, proponho que a Câmara Municipal assegure, para além da promoção da viagem, os custos da deslocação em autocarro, as despesas inerentes às entradas nos locais a visitar, as despesas relativas aos Parques de Campismo, as despesas com os seguros e algumas refeições, com um custo total aproximado de 7.500,00 €. Proponho também a constituição de um eventual fundo de maneiio, em meu nome, para suportar despesas tidas com a viagem e relacionadas com as seguintes rubricas: -----

- Combustíveis – 2.500,00 € - Classificação – 02010202 -----
- Portagens e estacionamento – 600,00€ - Classificação – 020221 -----
- Alimentos – 1.000,00 € - Classificação – 020105 -----
- Alojamento – 1.400,00 € - Classificação – 020213 -----
- Entradas em locais a visitar – 1.600,00 € - Classificação – 02022503 -----
- Situações de emergência, (nomeadamente questões de mecânica) – 400,00 € - Classificação – 02022503 -----

Logo que termine a deslocação serão prestadas contas junto do Serviço de Contabilidade, a fim de que se proceda à regularização contabilística das despesas efetuadas na viagem.”

*Benedito*  
*[Assinatura]*





## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 13/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-06-2014

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a viagem de estudo, dependendo da dotação orçamental. -----

### -----6. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE-----

#### **6.1 - DELIBERAÇÃO DE ABERTURA DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA DA PROPOSTA DE 1.ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM) DE CONSTÂNCIA** -----

INFORMAÇÃO: “O PDM de Constância é o instrumento de planeamento definidor das linhas gerais de política de ordenamento físico e de gestão urbanística do território municipal, tendo em atenção os objetivos de desenvolvimento definidos para o Concelho.

O atual PDM encontra-se em vigor há 20 anos (foi ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/94, publicada no Diário da República n.º 5 de 07-01-1994). Este instrumento sofreu uma alteração de âmbito limitado, ratificada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2000, publicada no Diário da República n.º 183 de 09-08-2000 e, uma alteração por adaptação (na sequência da entrada em vigor da Resolução de Conselho de Ministros n.º 64-A/2009, de 6 de agosto, que aprovou o Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT-OVT)), publicada no Diário da República n.º 25, II Série, de 5 de fevereiro de 2010. -----

A 21-06-2000 o executivo municipal deliberou, por unanimidade, proceder à Revisão do PDM, tendo em atenção a morosidade associada ao processo de tramitação e a desatualização do Plano já perceptível na altura. A revisão do PDM implica, nos termos da lei, a reconsideração e reapreciação global das opções estratégicas do plano, dos princípios e objetivos do modelo territorial definido ou dos regimes de salvaguarda e valorização dos recursos e valores territoriais, tendo em conta o tempo que decorreu desde a sua aprovação originária. Saliente-se ainda que a lei prevê a obrigação de rever o PDM decorridos 10 anos após a sua entrada em vigor ou após a sua última revisão. -----

De realçar que a Revisão do PDM segue, com as devidas adaptações, os procedimentos estabelecidos no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, com as alterações conferidas pelo Decreto-Lei n.º 181/2009, de 7 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 2/2011, de 6 de janeiro, para a elaboração, aprovação, ratificação, quando necessária, e publicação do PDM, conforme o disposto no n.º 7 do artigo 96.º desse regime. -----

A Comissão Técnica de Acompanhamento (CTA) da Revisão do PDM de Constância foi constituída a 22 de Novembro de 2000 (Despacho n.º 23848/2000 (2.ª série), e o período de



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 13/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-06-2014

Participação Pública decorreu de 29-11-2001 a 15-01-2002, tendo no entanto a Câmara considerado outros contributos que foram apresentados posteriormente, enquanto decorriam os Estudos de Caracterização. A primeira Reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento realizou-se a 07-02-2003, altura em que foram analisados os primeiros relatórios de análise e diagnóstico da situação. -----

Só em junho de 2006 seriam retomados os trabalhos, realizando-se a segunda reunião da CTA a 03-10-2006 e, a terceira, a 09-02-2007, que apreciaram os Estudos de Caracterização. Alterações legislativas associadas ao RJIGT e, a necessidade de desenvolvimento da Avaliação Ambiental Estratégica do Plano (conforme o disposto no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho), conduziram posteriormente à conversão da CTA em Comissão de Acompanhamento (CA), (Aviso (extrato) n.º 18669/2008, publicado a 26-06-2008). A primeira reunião plenária desta Comissão realizou-se a 20-11-2008; tendo na altura sido apresentada a primeira versão do Modelo Estratégico proposto e, a segunda a 28-04-2009, onde foram apresentadas a Proposta de Ordenamento e o Relatório Ambiental e, foi realizada a visita ao Concelho. Entretanto houve necessidade de alterar a composição da CA (Aviso (extrato) n.º 15484/2009, publicado a 03-09-2009). A 12-11-2009 teve lugar a terceira Reunião da CA, constatando-se a necessidade de adequar a Proposta de Plano ao PROT-OVT, que já se encontrava em vigor. -----

Saliente-se que a versão do Modelo Estratégico proposto beneficiou dos estudos desenvolvidos no âmbito da elaboração do *Plano Estratégico do Concelho de Constância (PECC) 2020* (elaborado na sequência de Despacho datado de 4-05-2006, tendo a versão final do PECC sido aprovada pelo executivo camarário a 24-06-2009) e, reflete as cinco linhas estratégicas de referência apontadas por aquele documento para perspetivar o desenvolvimento do Concelho: -----

- . Constância Solidária – Aprofundar a coesão social e territorial; -----
- . Constância Competitiva – Reforçar uma estrutura económica dinâmica diversificada e aberta; -----
- . Constância Atrativa – Garantir as melhores condições para quem investe, trabalha e visita Constância; -----
- . Constância Moderna – Oferecer os serviços mais modernos e eficientes na ótica do cidadão; -----
- . Constância Integrada – Defender a coesão regional na base do desenvolvimento e da solidariedade. -----





## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 13/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-06-2014

É nesta fase que se dá início à realização de uma série de Reuniões Sectoriais com várias entidades da CA, para aferir a Proposta no âmbito das matérias da competência das mesmas. Uma nova versão de Proposta de Plano é submetida a parecer das diferentes entidades da CA a 14-01-2011 (Versão julho/2010). Por Despacho de 16-03-2011 da Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT) foi constituída a última CA para a Elaboração da Revisão do PDM (Aviso n.º 7386/2011, publicado a 24-03-2011). -----

Paralelamente a este processo desenvolvem-se os procedimentos necessários à Revisão da Delimitação da RAN (Reserva Agrícola Nacional) e da REN (Reserva Ecológica Nacional) de Constância, delimitações que sofreram várias reformulações decorrentes essencialmente da alteração da legislação associada a estas matérias. A RAN bruta de Constância foi validada pela ERRALVT (Entidade Regional da Reserva Agrícola de Lisboa e Vale do Tejo) em 28-12-2010. Ultrapassado o processo de exclusões, a proposta final da RAN – Versão março/2013 - obteve Parecer favorável da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAPLVT) em maio/2013. -----

A Revisão da Delimitação da REN de Constância revelou-se um processo mais complexo e demorado, tendo a elaboração da proposta de delimitação da REN bruta sido precedida da realização de várias reuniões desde 2006, para definição das metodologias e procedimento a adotar. A última versão da REN, incluindo as propostas de exclusão, foi apresentada à Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional (CNREN) a 27-08-2013. A CNREN, na sua 48.ª Reunião Ordinária realizada a 25-11-2013, emitiu parecer favorável à proposta apresentada, à exceção de duas propostas de exclusão, recomendando assim a revisão da mesma. -----

O período de acompanhamento do processo de Revisão do PDM terminou a 29-05-2013, com a realização da 4.ª e última Reunião Plenária da CA, em que foi apresentado e aprovado o Parecer Final da Comissão relativo à Proposta de Revisão do PDM (versão março/2013), que integra os pareceres das entidades que se pronunciaram, nos termos do artigo 75.ºA do RJIGT. De acordo com o RJIGT, o parecer escrito final da CA pronuncia-se sobre: i) o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; ii) a compatibilidade ou conformidade da proposta de plano com os instrumentos de gestão territorial eficazes e iii) o fundamento técnico das soluções defendidas pela Câmara Municipal. -----

Das 20 entidades que integravam a CA, 10 emitiram parecer. Nesta fase foram ainda consultadas mais 14 entidades, das quais 12 pronunciaram-se sobre o PDM. Como alguns dos pareceres foram favoráveis condicionados e um foi desfavorável (Direção-Geral do



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 13/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-06-2014

Território (DGT)), neste parecer final a CA considerou "...que a proposta do Plano Diretor Municipal de Constância está em condições de ser aceite nos termos do presente parecer, pelo que emite parecer favorável condicionado às questões colocadas na apreciação realizada, uma vez que a sua reformulação não inviabilizará a estratégia proposta e serão facilmente ultrapassadas na fase de concertação". -----

Neste contexto, a Câmara Municipal deu início à fase de concertação, ao abrigo do artigo 76.º do RJIGT, realizando reuniões de concertação bilaterais com a CCDRLVT, a 3 de julho de 2013 e, com a DGT, a 9 de julho de 2013. Assim, a Proposta Final de Plano – Versão julho/2013, integrou aperfeiçoamentos de redação e de conteúdos, incluindo sugestões e outros aspetos apontados nos diversos pareceres e, deu resposta às questões levantadas pela DGT. A CCDRLVT na Ficha de Avaliação enviada a 21-08-2013 considerou que a maioria das questões suscitadas foi ultrapassada, sendo apenas necessário proceder a algumas retificações na proposta. -----

Juntam-se em anexo (CD com a informação em formato digital): -----

- A deliberação que determinou a elaboração da Revisão do PDM de Constância; -----
- A proposta de Revisão do PDM de Constância resultante das fases de elaboração, acompanhamento e concertação; -----
- A proposta de delimitação da RAN; -----
- A proposta de delimitação da REN; -----
- O Relatório dos Fatores Críticos para a Decisão, o Resumo Não Técnico e o Relatório Ambiental, da Avaliação Ambiental Estratégica do mesmo; -----
- A Carta Educativa do Concelho de Constância; -----
- O Mapa de Ruído do Concelho de Constância; -----
- O parecer final emitido pela CA e os pareceres de cada entidade exterior à mesma que o integram; -----
- As Atas das duas Reuniões de Concertação realizadas; -----
- O Parecer da DRAPLVT sobre a proposta de delimitação da RAN de Constância; ---
- O parecer da CNREN sobre a proposta de delimitação da REN de Constância; -----
- Ficha de Avaliação da CCDRLVT, após concertação. -----

Assim, tenho a honra de propor que o executivo camarário delibere: -----

**Determinar a abertura de um Período de Discussão Pública, com uma sessão pública de debate, da Proposta da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Constância e do respetivo Relatório Ambiental, pelo período de 60 dias úteis ao abrigo dos n.ºs 3 e 4 do artigo 77.º conjugados com o disposto no n.º 7 do artigo 96.º, todos do Decreto-Lei n.º**

*Alameda*





## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 13/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-06-2014

380/99, de 22 de setembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, com as alterações conferidas pelo Decreto-Lei n.º 181/2009, de 7 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 2/2011, de 6 de janeiro; e para os efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio. -----

Mais se informa que, atentas as novas regras urbanísticas constantes da Revisão do PDM, os procedimentos de informação prévia, comunicação prévia e de licenciamento ficam suspensos a partir da data fixada para o início do período da discussão pública e até à data da entrada em vigor da revisão do PDM, em conformidade com o artigo 117.º do RJIGT, salvo o disposto nos n.ºs 3 e 4 do mesmo artigo.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a abertura do período de discussão Pública da proposta da 1.ª Revisão do PDM. -----

### **6.2 - PETIÇÃO A FAVOR DA NÃO DESQUALIFICAÇÃO / EXTINÇÃO DOS TRIBUNAIS DO MÉDIO TEJO - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO** -----

INFORMAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE: “A Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, reunida no passado dia 30 de maio, deliberou por unanimidade elaborar uma petição a favor da não desqualificação / extinção dos Tribunais do Médio Tejo, com vista à recolha de assinaturas nas autarquias do Médio Tejo, para enviar a Suas Excelências o Presidente da República, a Presidente da Assembleia da República e Primeiro-Ministro. -----

A referida petição deve ser subscrita por 5.000 ou mais cidadãos para que possa ser objeto de discussão no Plenário da Assembleia da República. -----

Assim, anexo o texto da referida petição, cujos primeiros signatários são os/as Presidentes das Autarquias do Médio Tejo, propondo que o mesmo seja aprovado e divulgado na área do município. -----

Anexo, para conhecimento a petição.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a petição. -----

### **7. PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

Não se registou nenhuma intervenção do público. -----

### **8. APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta no final da reunião, considerando-se todas as deliberações constantes na mesma, onde não esteja registado expressamente o contrário, aprovadas por unanimidade, por todos os membros presentes. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 13/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05-06-2014

### -----9. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

E não havendo mais nada a tratar a Senhora Presidente declarou encerrada a presente reunião, eram dezassete horas e trinta minutos. -----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que depois de considerada em conformidade com a minuta previamente elaborada e aprovada, vai ser assinada pela Excelentíssima Senhora Presidente e por mim Almeida, Assistente Técnica, servindo de Secretária, que redigi, subscrevi e igualmente assino, nos termos do artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. -----

A Presidente da Câmara,

A Assistente Técnica,